

COMPLEMENTOS VERBAIS PREPOSICIONADOS: UM DIÁLOGO  
ENTRE GRAMÁTICAS E O PROGRAMA MINIMALISTA

Ana Cláudia Jarnalo (Universidade de Brasília)

Resumo:

Este artigo faz uma revisão do tema complementos verbais preposicionados nas gramáticas de Cunha e Cintra (2013), Castilho (2012), Bechara (2009) e Rocha Lima (1973). O objetivo é descobrir se a distinção entre objeto indireto e complemento oblíquo ou relativo proposta por Castilho, Bechara e Rocha Lima, mas ignorada por Cunha e Cintra, pela NGB e pelo ensino formal é necessária para a compreensão do tema. Em seguida, aproximamos nosso objeto do Programa Minimalista – modelo atual da teoria sintática dentro da linguística gerativa – a fim de enriquecer a discussão.

Palavras-chave: complemento verbal, objeto indireto, relativo, oblíquo, minimalismo.

Abstract:

This article makes a revision of the theme "prepositioned verbal complements" in the grammars of Cunha e Cintra (2013), Castilho (2012), Bechara (2009), and Rocha Lima (1973). The goal is to find out whether or not the distinction between indirect objects and relative complements proposed by Castilho, Bechara, and Rocha Lima, but ignored by Cunha e Cintra, by the NGB, and by formal education is necessary for the understanding of the theme. In sequence, our object is approached within the Minimalist Program – the current model of syntactic theory within generative linguistics – aiming to enrich the discussion.

Key words: verbal complement, indirect object, relative, oblique, minimalism.

## I. Introdução

O problema discutido neste artigo surgiu quando verificamos, em nossas consultas frequentes a gramáticas, que a função sintática atribuída por algumas gramáticas normativas e descritivas ao complemento verbal selecionado pelo predicador verbal e a ele ligado por preposição varia consideravelmente. A gramática normativa de Cunha e Cintra (2013) divide os complementos verbais em objeto direto e indireto. Castilho (2012), em sua gramática descritiva do português brasileiro, propõe a classificação em objeto direto, objeto indireto e complemento oblíquo. Bechara (2009), em sua gramática normativa, apresenta objeto direto, objeto indireto e complemento relativo. Rocha Lima (1973), também normativo, divide esses complementos verbais em objeto direto, objeto indireto, complemento relativo e complemento circunstancial. Sabemos, ainda, que a Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB – oferece nomenclatura idêntica à de Cunha e Cintra e que essa é a classificação adotada no ensino básico formal.

Diante disso, nos questionamos se a distinção entre objeto indireto e complemento relativo ou oblíquo feita por Castilho, Bechara e Rocha Lima, mas não considerada pela NGB, por Cunha e Cintra e pelo ensino formal é ou não necessária para o entendimento e a descrição das estruturas linguísticas. Preliminarmente, a análise de Cunha e Cintra parece-nos mais simplista do que o desejável para o estudo de nosso objeto.

Não trataremos do complemento circunstancial, porque este é um termo que precisa ser cotejado com os adjuntos adverbiais para melhor análise. A comparação entre adjunção e complementação verbal extrapola o objeto deste trabalho.

A fim de conhecer melhor nosso objeto, apresentamos, na primeira parte deste artigo, uma revisão de como o tema é tratado nas quatro gramáticas referidas. Na

segunda parte, aproximamos nosso objeto do Programa Minimalista – modelo atual da teoria sintática dentro da linguística gerativa – no intuito de fomentar a discussão sobre o tema. Não é nosso objetivo propor um modelo de representação. Essa é uma tarefa de longo prazo a qual esperamos ter a chance de realizar em momento acadêmico oportuno.

## II. O que propõem as gramáticas

Na seção “Complementos Verbais”, Cunha e Cintra (2013) apresentam o objeto direto (OD) e o indireto (OI). O primeiro é complemento de verbos transitivos diretos e liga-se ao verbo sem preposição, como nos exemplos trazidos pelos autores (p. 154):

1. Não recebo *dinheiro* nenhum.

2. Nunca *o* interrompi.

O segundo é complemento de verbos transitivos indiretos e liga-se ao verbo com preposição. Copiamos alguns exemplos fornecidos pelos autores (p. 157 e 158):

3. Duvidava *da riqueza da terra*.

4. A mãe contava e recontava as duas malas, tentando convencer-se *de que ambas estavam no carro*.

5. Fechada a Casa Verde, entregou-se *ao estudo e à cura de si mesmo*.

6. Embora, não perceba grande coisa do que ouve, sempre há de precisar *disto e daquilo*.

7. Os domingos, porém, pertenciam *aos dois*.

8. Mas – quem daria dinheiro *aos pobres*?

A seção que trata do assunto é bastante sucinta e oferece mais exemplos do que explicações teóricas. Como já afirmamos, os autores não distinguem mais de um complemento verbal preposicionado. Não há menção a qualquer diferença de análise entre as frases que servem de exemplo.

Apesar disso, ao substituímos, nas sentenças 3 e 7, os sintagmas preposicionais [da riqueza da terra] e [aos dois] por pronomes pessoais, temos o seguinte:

3'. Duvidava *dela*.

3'\*. \* Duvidava-*lhe*.

7'. Os domingos, porém, pertenciam *a eles*.

7'\*. Os domingos, porém, pertenciam-*lhes*.

Do que constatamos que, em (3), a substituição por preposição + pronome oblíquo tônico é gramatical, enquanto a substituição por pronome oblíquo átono é agramatical. Já em (7), ambas as substituições fazem paráfrases gramaticais. Mais adiante veremos que essa substituição é um critério sintático adotado por alguns gramáticos para separar objeto indireto de outros complementos do verbo.

Na seção “Regência Verbal”, os autores explicam que verbos transitivos são aqueles que exigem o acompanhamento de uma palavra para integrar-lhes o sentido. E reiteram a lição:

a regência verbal pode [...] fazer-se: a) diretamente, sem uma preposição intermediária, quando o complemento é objeto direto; indiretamente, mediante o emprego de uma preposição, quando o complemento é objeto indireto (p. 531)

Nesse campo, é de grande valia o trabalho de Castilho (2012). O linguista constata a complexidade do tema, afirmando que “as coisas se complicam muito quando ingressamos no campo do objeto indireto e do oblíquo”, (p. 304) e menciona a falta de unanimidade entre os estudiosos:

o complemento oblíquo é uma espécie de vagalume em nossas gramáticas: ora aparece, denominado então complemento terminativo/complemento relativo, ora desaparece, sendo rotulado de adjunto, ora aparece de novo, agora rebatizado de complemento oblíquo (p.305)

Diante desse quadro, Castilho nos oferece a sua análise, com consistente embasamento teórico. Ele explica que transitividade é a propriedade dos predicadores de exigir e selecionar argumentos que lhes completem e especifiquem o sentido. Se esse

predicador é um verbo, ele pode selecionar de zero a um argumento externo e de zero a dois argumentos internos. O predicador atribui casos e papéis temáticos a seus argumentos.

Os argumentos internos podem ter a função de objeto direto, objeto indireto ou complemento oblíquo. Resumimos, a seguir, as propriedades de cada um, conforme Castilho.

O objeto direto (OD) é comutável pelos pronomes pessoais acusativos *ele/o* (9); assume a função de sujeito na voz passiva (9'); pode ser preenchido por sintagma nominal de núcleo nominal (10a) ou pronominal (10b) e por sentença (10c); pode não ser preenchido (11); recebe papel temático /paciente/ (12).

Exemplos do autor (p. 266, 300 e 301):

9. João pôs *o livro* na estante. João pôs *ele* na estante. João *o* pôs na estante.

9'. *O livro* foi posto por João na estante.

10a. Viu *o rapaz* na rua.

10b. Viu-*me* na rua.

10c. Disse *que viu o rapaz na rua*.

11. Viu  $\emptyset$  na rua.

12. O menino pegou *a prova*.

O objeto indireto (OI) é comutável pelos pronomes dativos *me, te, lhe* (13); a sentença em que figura não é conversível à voz passiva (13'); é preenchido por sintagma preposicionado nucleado por *a* ou *para* (14); pode ocorrer juntamente com o objeto direto (15); recebe papel temático /beneficiário/ (16).

Os exemplos 13 e 14 são do autor (p. 304). Os exemplos 13', 15 e 16, nossos:

13. O livro pertence-*me/-te/-lhe*.

13'. \* A mim é pertencido o livro.

14. Dou esta maçã *ao o amigo*.
15. Oferecemos [ajuda <sub>OD</sub>] [ao homem <sub>OI</sub>].
16. Entreguei o prêmio ao vencedor.

O complemento oblíquo (OBL) é comutável por pronomes-advérbios dêiticos (17) ou por pronomes antecidos de preposição (18); ocorre como argumento interno único na sentença (19) ou juntamente com o objeto direto (20); recebe papéis temáticos /locativo/ (20), /alvo/ (19), /origem/ e /alvo/ (21), /cominativo/ (22).

Exemplos do autor (p. 305):

17. Preciso *de paciência*. Preciso *disso*.
18. Não gosto de assistir *às novelas*. Não gosto de assistir *a elas*.
19. Chego *ao trabalho* com um cansaço precoce, coisas da grande cidade.
20. João pôs [o livro <sub>OD</sub>] [na estante <sub>OBL</sub>]
21. Viajei *de Campinas para São Paulo* pela rodovia Bandeirantes.
22. Fui *à festa com uma amiga* e voltei *com outra*, não estou entendendo nada.

No quadro abaixo, comparamos as propriedades do objeto indireto e do oblíquo enumeradas por Castilho. Preenchemos a segunda coluna da linha (b) com base nos exemplos acima. Estamos cientes de que alguns exemplos entendidos por Castilho como oblíquos aparecem em outros autores como adjuntos adverbiais, mas não vamos considerar essa discussão para os fins deste trabalho.

Quadro 1 – Castilho

	OI	OBL
(a)	Comutável por <i>me, te, lhe</i> ;	Comutável por pronomes-advérbios dêiticos ou por preposição + pronomes;
(b)	Preenchido por sintagma preposicionado nucleado por <i>a</i> ou <i>para</i> ;	Preenchido por sintagma preposicionado nucleado, geralmente, por <i>de, em, com, a</i> e <i>para</i> ; <sup>1,2</sup>
(c)	Sentença não conversível à voz passiva;	

<sup>1</sup> Item acrescentado pelas autoras

<sup>2</sup> Castilho cita exemplo em que o oblíquo é realizado por sintagma nominal: o livro custou *trinta reais*.

(d)	Pode ocorrer juntamente com OD;	Ocorre como argumento interno único na sentença ou juntamente com OD;
(e)	Recebe papel temático /beneficiário/.	Recebe papéis temáticos /locativo/, /alvo/, /origem/ e /alvo/, /cominativo/;
(f)		Ocorre frequentemente com verbos de movimento.

A linha (a) do quadro nos mostra um dos mais significativos argumentos em prol da existência de dois tipos de complemento verbal preposicionado e faz frente à classificação simplista de Cunha e Cintra (2013). O teste da comutação é um expediente sintático que identifica que estamos diante de termos com estatutos funcionais distintos.

Segundo Castilho,

na formação da língua portuguesa, os substantivos perderam a morfologia de caso [...]. Os pronomes pessoais, entretanto, conservaram o caso na sua morfologia. Estudar a comutabilidade entre argumentos nominais e os pronomes permite, assim, identificar o caso destes e, por via de consequência, seu estatuto funcional (p. 274).

Ainda quando à comparação apresentada na linha (a), entendemos que o contraste fica mais evidente se demonstrar que o OI é comutável por *me*, *te*, *lhe*, enquanto o OBL não é comutável por *me*, *te*, *lhe*, visto que a propriedade *ser comutável por preposição + pronome* pertence a ambos. Isso pode ser verificado nos exemplos (3'), (3''), (7') e (7'') e também nos seguintes (Castilho, p. 266):

23. O menino entregou a prova [ao professor OI].

23'. O menino entregou [-lhe OI] a prova.

23''. O menino entregou a prova [a ele OI].

24. Preciso [de grana OBL].

24'. \* Preciso [-lhe OBL].

24''. Preciso [dela OBL].

Já as propriedades apresentadas na linha (b) podem ser consideradas menos decisivas na comprovação da distinção entre OI e OBL. Isso é porque ambos podem ser realizados por sintagmas preposicionados nucleados pelas preposições *a* e *para*. Esse

expediente é, pois, insuficiente para identificar a função sintática dos termos preposicionados em, por exemplo, *telefonarei ao amigo* e *assistirei ao jogo*.

Em relação ao item constante na linha (c), entendemos que não são conversíveis à voz passiva somente as sentenças em que o predicador seleciona apenas um argumento interno com função de OI, como visto em (13) e (13'). As sentenças em (14), (15) e (16) resultam gramaticais quando submetidas ao teste de passivização, devido à presença do OD:

14'. *Esta maçã é dada ao amigo o amigo (por mim)*.

15'. *(A) ajuda é/foi oferecida ao homem (por nós)*.

16'. *O prêmio foi entregue ao vencedor (por mim)*.

Da mesma maneira, quanto ao oblíquo, as sentenças em (17), (18), (19), (21) e (22) fazem passivas agramaticais, enquanto a sentença em (20) gera passiva gramatical, também pela presença do OD:

17'. \* *De paciência é precisada (por mim)*.

18'. \* *Não gosto de as novelas sejam assistidas por mim*.<sup>3</sup>

19'. \* *Ao trabalho é chegado (por mim) com um cansaço precoce, coisas da grande cidade*.

20'. *O livro foi posto na estante (por mim)*.

21'. \* *De Campinas para São Paulo foi viajado (por mim) pela rodovia Bandeirantes*.

22'. \* *A festa foi ida (por mim) com uma amiga e voltada com outra, não estou entendendo nada*.

É importante relatar que há sentenças em que o predicador seleciona apenas um argumento interno, dessa vez com função de OBL, cujas passivas correspondentes são

---

<sup>3</sup> A agramaticalidade deste exemplo talvez se explique melhor pelo verbo *gostar* que pelo *assistir*. Ex: É comum que as novelas sejam assistidas por uma grande audiência.

gramaticais, ainda que condenadas pela gramática normativa. Isso releva variação na transitividade verbal.

25. Todos brasileiros estão assistindo à/a partida entre Brasil e Camarões.

25'. A partida entre Brasil e Camarões está sendo assistida por todos os brasileiros.

A linha (d) do quadro traz informações parecidas com as da linha (c), visto que ambas referem-se à presença ou à ausência do OD junto ao outro complemento, ou seja, referem-se ao fato de que os predicadores podem selecionar um ou dois argumentos internos. Como demonstramos nos parágrafos anteriores, OI e OBL parecem ter propriedades bastante similares com relação tanto à passivização, quanto à possibilidade de ocorrer na sentença com ou sem OD. Por isso, as propriedades às linhas (c) e (d) parecem não ser tão decisivas para a distinção entre OI e OBL. Apesar disso, o contraste entre a agramaticalidade em, por exemplo, (17') e a gramaticalidade em (25') – ambas construções com OBL – releva a necessidade de se estudar esse ponto mais detalhadamente.

Mais um aspecto que corrobora a distinção proposta por Castilho é a questão da atribuição de papéis temáticos pelos predicadores aos argumentos – linha (e) do nosso quadro. Essa é uma operação semântica que muito revela sobre a estrutura dos constituintes e sobre suas relações, como estudaremos mais adiante.

Outro trabalho de reconhecida importância sobre o tema que ora analisamos é o de Bechara (2009). Ainda que sua gramática tenha caráter prescritivo, o estudioso reconhece que “não há unanimidade entre os estudiosos” (p. 421) sobre vários aspectos do tema. Resumimos, a seguir, a sua análise.

O autor afirma que o predicado acompanha-se de tipos diferentes de argumentos, conhecidos por complementos verbais. São eles: objeto direto (OD), complemento

relativo (REL) e objeto indireto (OI). O primeiro é “representado por um signo léxico de natureza substantiva [...] não introduzido por preposição necessária” (p. 416). O segundo é também um signo léxico que delimita e especifica a experiência comunicada por verbos cujo conteúdo é de grande extensão semântica – à semelhança do OD, mas vem introduzido por preposição. O terceiro é assim definido:

O complemento objeto indireto – Integrada a delimitação da amplitude semântica do predicado complexo mediante um signo léxico (complemento direto ou complemento relativo), pode aparecer um outro signo léxico, subsidiário desse conjunto da função predicativa, que denota geralmente relação a um ser animado, introduzido pela preposição *a* e que se refere à pessoa destinada ou beneficiada pela experiência comunicada no primeiro momento da intenção comunicativa do predicado complexo (verbo + argumento) (p. 421)

Apesar da diferente nomenclatura escolhida por Castilho e Bechara para uns dos complementos – oblíquo e relativo respectivamente – as suas definições desses termos são bastante convergentes, como se pode verificar ao se comparar o quadro 1, no qual sintetizamos os conceitos de Castilho, com o quadro 2, no qual resumimos os conceitos de Bechara, e que apresentamos agora.

Quadro 2 – Bechara

	OI	REL
(a)	Comutável por <i>lhe, lhes</i> ;	Comutável por preposição + <i>ele, ela, eles, elas</i> ou por advérbios (verbos locativos, situativos e direcionais);
(b)	Introduzido apenas pela preposição <i>a</i> (raramente <i>para</i> );	A preposição que o introduz constitui uma extensão do signo léxico verbal;
(c)	Denota ser animado ou concebido como tal;	
(d)	Expressa o significado gramatical /beneficiário/, /destinatário/.	
(e)		Quase nunca coexiste com OD na sentença.

A maioria dos expedientes sintáticos e semânticos usados por Bechara para abonar a distinção entre objeto direto e complemento relativo é coincidente com os

usados por Castilho.<sup>4</sup> Entre esses expedientes, o teste de comutação e a análise do processo de atribuição de papel temático (denominado por Bechara de significado gramatical) pelo predador a seus argumentos são duas formas consistentes de se chegar a essa distinção.

Bechara assevera, como podemos conferir na linha (c) do nosso quadro 2, que o OI denota ser animado ou concebido como tal. Criteriosamente, o autor não afirma que o REL, ao contrário, denotaria ser não animado. Diante disso e dos exemplos fornecidos pelo autor, entendemos que essa propriedade é mais uma forma de diferenciação entre OI e REL, mas não é um critério absoluto. Identificamos os traços [+ - animado] em alguns dos exemplos fornecidos pelo autor (p. 422):

26. Enviaram o presente [à aniversariante OI] [+ animado]

27. Queixou-se da turma [ao diretor OI] [+ animado]

28. Todos nós gostamos [de cinema REL] [- animado]

29. O marido não concordou [com a mulher REL] [+ animado]

Outro ponto a ser destacado na análise de Bechara é a aproximação ou a “identidade funcional” (p. 420) que o autor afirma existir entre OD e REL. De acordo com o gramático, ambos delimitam e especificam a experiência comunicada por verbos de grande extensão semântica; a diferença é que o REL vem introduzido por preposição e o OD não. Essa identidade funcional explicaria “a quase nula frequência de existirem os dois termos no mesmo predicado” (p. 420). Os exemplos citados pelo autor mostram, contudo, a coexistência dos dois complementos na mesma sentença (p. 420):

30. O vizinho disse [mentiras OD] [do primo REL].

31. O comerciante encheu [o copo OD] [de vinho REL].

---

<sup>4</sup> Na verdade, ocorre o contrário, já que a primeira edição da *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara dada de 1961, enquanto a *Gramática do Português Brasileiro* de Ataliba T. de Castilho foi lançada em 2012.

32. O jovem pôs [os livros OD] [na estante REL]

Revisitamos a definição de Bechara para OI e encontramos mais uma análise a ser comentada. Para o autor, existe um “primeiro momento da intenção comunicativa” (p. 421), constituído por verbo + OD ou verbo + REL, no qual a experiência é comunicada, e existe um momento adicional da intenção comunicativa, constituído pelo OI, o qual “se refere à pessoa destinada ou beneficiada pela experiência comunicada primeiro momento da intenção comunicativa” (p. 421). Os exemplos e as setas copiados do original ilustram a situação (destaques do autor):

33. O diretor *escreveu cartas* AOS PAIS.



34. Os vizinhos *se queixaram do barulho* À POLÍCIA.



De acordo com o gramático, a construção acima esboçada seria um princípio geral. Os verbos que formam, com o seu OI, uma estrutura diferente fariam parte de um pequeno grupo especial. São exemplos dessa “construção especial com objeto indireto” (p. 423):

35. A polícia não agradou *ao povo*.

36. O imóvel pertence *aos herdeiros*.

Por fim, citamos o relevante trabalho de Rocha Lima (1973). Esse gramático apresenta quatro complementos verbais, a saber: objeto direto (OD), objeto indireto (OI), complemento relativo (REL) e complemento circunstancial (CIR). As características típicas dos três últimos estão sintetizadas no quadro 3:

Quadro 3 – Rocha Lima

	OI	REL	CIR
(a)	Corresponde a <i>lhe, lhes</i> ;	Corresponde a preposição + ele, ela, eles, elas;	
(b)	Encabeçado pela preposição	Encabeçado pelas preposições	Pode ou não vir

	<i>a</i> (às vezes, <i>para</i> );	<i>a, com, de, em, etc.</i> ;	preposicionado;
(c)	Não admite a passagem para a voz passiva;		
(d)	Representa a pessoa ou a coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza.	Denota, como o OD, o ser sobre o qual recai a ação.	Exprime direção, tempo, ocasião, preço, peso, distância.

Para finalizar esta primeira parte, oferecemos quadros comparativos entre Castilho, Bechara e Rocha Lima, quanto ao objeto indireto (quadro 4) e ao complemento oblíquo ou relativo (quadro 5):

Quadro 4 – Comparativo OI

	Castilho	Bechara	Rocha Lima
(a)	Comutável por <i>me, te, lhe</i> ;	Comutável por <i>lhe, lhes</i> ;	Corresponde a <i>lhe, lhes</i> ;
(b)	Preenchido por sintagma preposicionado nucleado por <i>a</i> ou <i>para</i> ;	Introduzido apenas pela preposição <i>a</i> (raramente <i>para</i> );	Encabeçado pela preposição <i>a</i> (às vezes, <i>para</i> );
(c)	Sentença não conversível à voz passiva;		Não admite a passagem para a voz passiva;
(d)	Pode ocorrer juntamente com OD;		
(e)		Denota ser animado ou concebido como tal;	Representa a pessoa ou a coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza;
(f)	Recebe papel temático /beneficiário/.	Expressa o significado gramatical /beneficiário/, /destinatário/.	

Quadro 5 – Comparativo OBL ou REL

	Castilho	Bechara	Rocha Lima
(a)	Comutável por pronomes-advérbios dêiticos ou por preposição + pronomes;	Comutável por preposição + <i>ele, ela, eles, elas</i> ou por advérbios (verbos locativos, situativos e direcionais);	Corresponde a preposição + <i>ele, ela, eles, elas</i> ;
(b)	Preenchido por sintagma preposicionado nucleado, geralmente, por <i>de, em, com, a</i> e <i>para</i> ;	A preposição que o introduz constitui uma extensão do signo léxico verbal;	Encabeçado pelas preposições <i>a, com, de, em, etc.</i> ;
(c)	Ocorre como argumento interno único na sentença ou juntamente com OD;	Quase nunca coexiste com OD na sentença;	
(d)	Recebe papéis temáticos /locativo/, /alvo/, /origem/ e /alvo/, /cominativo/;	Verbos locativos, situativos e direcionais.	Denota, como o OD, o ser sobre o qual recai a ação.
(f)	Ocorre frequentemente com verbos de movimento.		

A análise de Cunha e Cintra não está contemplada no quadro comparativo porque é a que mais se afasta das demais. A opção dos autores por simplificar o tema talvez tenha um cunho didático, mas mostra-se insuficiente para os fins deste artigo.

No quadro 4, verificamos que há concordância entre Castilho, Bechara e Rocha Lima quanto às propriedades registradas nas linhas (a), (b) e (f). No quadro 5, as coincidências estão na linha (a) e, parcialmente, na (b).

### III. Uma contribuição minimalista

O principal problema pesquisado pela linguística gerativa desde seu surgimento, em meados da década de 1950, refere-se à aquisição da linguagem. Inicialmente, a tarefa era esclarecer como as crianças adquirem plena competência linguística em sua língua materna apesar de estarem expostas a dados linguísticos incompletos e desorganizados. Para explicar o dilema entre a pobreza de estímulos recebidos e a complexidade da competência adquirida (Problema de Platão), os gerativistas postularam que as crianças nascem biologicamente equipadas com a faculdade da linguagem.

Em meados da década de 1980, surgiu uma descrição para a faculdade da linguagem que ganhou grande consenso entre os estudiosos – a Teoria dos Princípios e Parâmetros. Simplificadamente, essa teoria prevê a existência inata no ser humano de uma Gramática Universal (GU), composta por princípios invariáveis comuns a todas as línguas naturais e por parâmetros binários variáveis a serem marcados durante a aquisição da linguagem. A GU recebe os dados linguísticos primários a que a criança é exposta em seu ambiente (*input*) e, com base nesses dados, gera, por meio da marcação positiva ou negativa dos parâmetros, a gramática específica dessa língua (*output*).

A Teoria dos Princípios e Parâmetros tem sido considerada uma descrição satisfatória para a faculdade da linguagem e, conseqüentemente, uma solução para o

Problema de Platão. Devido ao consenso entre os gerativistas sobre a validade e a adequação da teoria, atualmente abriu-se espaço para que novos critérios metodológicos, tais como simplicidade, naturalidade, parcimônia e elegância, sejam adicionados à questão. É exatamente nesse ponto que aparece o Programa Minimalista.

O Minimalismo é um programa de pesquisa que se filia à Teoria dos Princípios e Parâmetros. Seu objetivo é propor modelos mais econômicos de representação das estruturas linguísticas. Para tanto, o programa revisa os modelos propostos pelas mais respeitadas teorias e questiona se as relações neles representadas poderiam ser concebidas de maneira mais simples e natural.

Seria impossível resumir neste breve trabalho as análises realizadas com base nesse Programa. Gostaríamos apenas de registrar que, doravante, assumiremos, em nossas análises, a perspectiva gerativo-minimalista.

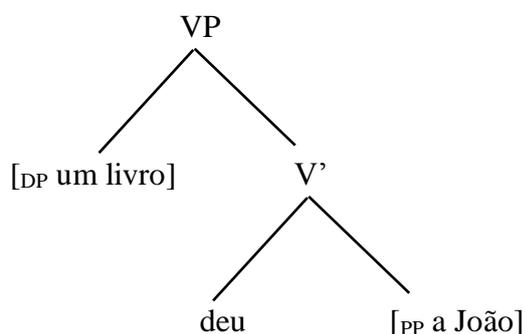
Voltemos a nosso objeto. De acordo com o que estudamos na primeira parte, concluímos pela necessidade conceitual da distinção entre objeto indireto e complemento oblíquo ou relativo. Parece-nos que deixamos claro que, entre os expedientes utilizados para corroborar essa distinção, consideramos mais consistentes (i) o contraste entre a comutabilidade do OI por *me*, *te*, *lhe* e não comutabilidade do OBL/REL pelos mesmos pronomes e (ii) a atribuição de papel temático de /beneficiário/ ou /destinatário/ para o OI e de /locativo/, /alvo/, /origem/ e /alvo/ ou /cominativo/ para o OBL/REL.

Uma vez que constatamos que OI e OBL/REL são, de fato, duas funções sintáticas diferentes, o desafio agora é demonstrar como essa diferença pode ser representada estruturalmente. Dito de outro modo, se estamos diante de funções sintáticas distintas, então temos de estar diante, também, de estruturas gramaticais distintas.

Para confirmar ou não essa hipótese, investiguemos os verbos bitransitivos. Esses verbos selecionam dois argumentos internos, um deles é sempre o OD e o outro pode ser OI ou OBL/REL. Apresentamos, parcialmente,<sup>5</sup> o modelo de representação arbórea transcrito no manual de Hornstein, Nunes e Grohmann (2005, p. 95) para verbos bitransitivos:

37. Maria deu um livro a João.

37'



Essa é a estrutura que, segundo os autores, melhor representa as relações entre verbo e complementos, na perspectiva minimalista. A análise feita para chegar a ela é complexa e pressupõe conhecimentos muito além dos compartilhados neste artigo.<sup>6</sup> Reproduzimos o modelo com o objetivo de investigar um ponto específico.

Notemos que o OI *a João* está imediatamente ligado ao verbo *deu*, enquanto o OD *o livro* está mediamente ligado ao verbo. Conforme explicam os autores, podemos interpretar a estrutura da seguinte forma: o OI tem uma relação mais próxima com o verbo do que o OD, logo, o verbo se junta primeiramente ao OI e a projeção resultante se junta ao OD. Nesse processo (*merge*<sup>7</sup>), é que são atribuídos os papéis temáticos, de

---

<sup>5</sup> A representação do argumento externo não foi reproduzida por extrapolar o objeto de estudo deste artigo.

<sup>6</sup> Os autores retiraram os dados e a discussão sobre eles principalmente de Larson (1988). Para relevante discussão, eles oferecem as seguintes referências: Barss e Lasnik (1986), Larson (1988, 1990), Jackendoff (1990), entre outras.

<sup>7</sup> O termo está mantido no original em inglês, pois tem sido usado dessa maneira na literatura sobre o assunto em língua portuguesa.

forma que o papel temático do OD não é atribuído pelo verbo sozinho, mas por um constituinte formado por verbo + OI.

Para sustentar a análise, os autores recorrem a expressões idiomáticas. Para eles, há fortes razões para acreditar que uma expressão idiomática é um único constituinte formado por verbo + argumento. Expliquemos melhor com exemplos. A sentença em (38) foi retirada de Hornstein, Nunes e Grohmann (2005, p. 95) e traduzida do inglês; a sentença em (39) foi copiada de Duarte (2007, p. 187):

38. Max leva tal comportamento ao extremo.

39. Eu levei as crianças ao colégio.

Ao analisar a sentença em (38), constatamos que só é possível interpretar o primeiro argumento interno depois de interpretado o segundo. Isso ocorre porque *levar ao extremo* é uma expressão idiomática e, como tal, apenas é inteligível como uma unidade semântica. Se denominarmos esse raciocínio linguístico inicial de primeiro momento, podemos conjecturar que: no primeiro momento, nós atribuímos valor semântico<sup>8</sup> a essa unidade e prevemos, entre outras coisas, que o OD deverá ter o traço semântico [-animado]; no segundo momento, checamos se o OD selecionado tem as propriedades sintático-semânticas necessárias e atribuímos papel temático a ele por meio do constituinte formado no primeiro momento; no terceiro momento, atribuímos papel temático ao argumento externo.

Se essa hipótese estiver adequada, podemos aplicar esse raciocínio à sentença em (39). Assim, corroboramos a análise apresentada no manual de Hornstein, Nunes e Grohmann de que o OI estaria mais próximo do verbo do que o OD. Agora, comparamos essa perspectiva da teoria gerativa com a da gramática tradicional.

---

<sup>8</sup> Preferimos usar a expressão mais genérica, *valor semântico*, a fim de não confundir com papel temático, uma vez que não sabemos se é possível falar em atribuição de papel temático para um constituinte composto [verbo + argumento] ou se a atribuição é feita somente a argumentos. Sabemos que um constituinte composto pode atribuir papel temático, mas não sabemos se pode recebê-lo.

Relembremos que a proposta compilada pelos autores é contrária à de Bechara, segundo o qual o primeiro momento da intenção comunicativa seria realizado por verbo + argumento (objeto direto ou complemento relativo) e o momento adicional da intenção comunicativa seria realizado pelo objeto indireto.

Entretanto, ao examinarmos o exemplo em (38) à luz dos expedientes que estudamos na primeira parte deste artigo, encontramos um problema. Apesar de Hornstein, Nunes e Grohmann, analisarem, na sentença em (38), *tal comportamento* como OD e *ao extremo* como OI, o argumento preposicionado não passa nos testes para a definição de OI indicados por Castilho, Bechara e Rocha Lima e aos quais nos filiamos. Um dos expedientes prevê que o OI é comutável pelo pronome *lhe*, em oposição ao REL/OBL, que não é comutável por *lhe*. Vejamos:

38'. \* Max leva-lhe tal comportamento.

A comutação do argumento preposicionado por *lhe* gera sentença agramatical. Disso, podemos deduzir que *ao extremo* não pode ser OI. Outras maneiras de chegar à mesma conclusão é verificar que seu papel temático não é /beneficiário/ ou /destinatário/ e que o termo não possui o traço semântico [+animado].<sup>9</sup> Por isso, consideramos que *ao extremo* é complemento oblíquo ou relativo.

Hornstein, Nunes e Grohmann utilizam a sentença em (38) e outras que contém expressões idiomáticas para comprovar a adequação de seu modelo de representação arbórea de sintagma verbal com verbo bitransitivo que seleciona OD e OI. Traduzimos a seguir mais algumas sentenças fornecidas pelos autores:

39. Lasorda mandou o seu jogador iniciante *para o chuveiro*.

40. Maria levou Felix *em consideração*.

41. Felix jogou Oscar *para os lobos*.

---

<sup>9</sup> Propriedade mencionada por Bechara (p. 421) e Duarte (p. 190).

A partir desses exemplos, os autores propõem que a análise seja generalizada para sentenças que não contenham esse tipo de expressão. Dessa forma, chegam à representação em (37').

O problema é que todos os argumentos internos preposicionados analisados por Hornstein, Nunes e Grohmann não apresentam, como já demonstramos, propriedades de OI. Desse impasse surgem pelo menos duas hipóteses.

Na primeira, consideraríamos que o critério das expressões idiomáticas é relevante para comprovar a validade e a adequação da representação arbórea em (37') e que os critérios usados por Castilho, Bechara e Rocha Lima são também suficientes para postular a distinção entre OI e OBL/REL. Assim, estrutura em (37') representaria o sintagma verbal com verbos bitransitivos que selecionam OD e OBL/REL (e não OI). Ademais, teríamos um modelo possível para as sentenças em (38), (39), (40) e (41) e nos restaria o desafio de pesquisar a estrutura que melhor representasse a sentença em (37), *Maria deu o livro a João*, e várias outras com ela parecidas, tais como os sintagmas verbais com os verbos *doar*, *oferecer*, *entregar*, *tirar*, *trazer*, etc.<sup>10</sup> E ainda, admitiríamos uma terceira análise quanto às relações entre OD, OI e OBL/REL, não coincidente com aquela exposta por Hornstein, Nunes e Grohmann, nem com a de Bechara. Explicamos. Como já estudamos, Hornstein, Nunes e Grohmann afirmam que o OI tem uma relação mais próxima com o verbo do que o OD e que o constituinte verbo + OI atribui papel temático ao OD; Bechara propõe que existe uma identidade funcional entre OD e REL e que a unidade verbo + OD ou REL se relaciona com o OI; nós assumiríamos que é o constituinte verbo + OBL/REL que atribui papel temático ao OD.

---

<sup>10</sup> Lista retirada de Duarte (2007, p. 188)

Na segunda hipótese, assumiríamos a adequação da representação arbórea em (37') para verbos bitransitivos que selecionam tanto OI quanto OBL/REL, uma vez que Hornstein, Nunes e Grohmann não consideram a distinção entre esses termos para propor o seu modelo. Essa opção colocaria em cheque as análises de Castilho, Bechara e Rocha Lima, as quais adotamos desde o início deste trabalho. Uma possível maneira de desenvolver essa hipótese é pesquisar se a diferenciação entre OI e OBL/REL se enquadraria no campo dos parâmetros linguísticos e não teria, portanto, representação nas estruturas gramaticais baseadas em princípios comuns a todas as línguas naturais. Para tanto, compararíamos a realização desses complementos verbais na língua portuguesa e em outras línguas.

#### IV. Conclusão

Escrever este artigo nos proporcionou uma ótima oportunidade de nos aproximarmos de nosso objeto. Apesar disso, terminamos este trabalho com mais dúvidas do que quando o iniciamos. Logo, concluímos que nossa pesquisa foi bastante frutífera.

No começo, tínhamos uma tendência a concordar com as análises de Castilho, Bechara e Rocha Lima e, ao mesmo tempo, com a representação arbórea exposta por Hornstein, Nunes e Grohmann. Ao longo do processo, encontramos uma contradição em nosso pensamento inicial. Por fim, buscamos demarcar os limites dessa nova realidade que se nos apresentou.

A incongruência encontrada ao cotejarmos esses dois pontos de vista tão distintos – a teoria gerativa e a gramática normativa – é fruto deste trabalho. O desenvolvimento das hipóteses resultantes disso pode ser objeto de outras pesquisas. Desse modo, esperamos ter contribuído para o enriquecimento das discussões linguísticas sobre complementos verbais.

## V. Referências

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: contexto, 2012.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DUARTE, Maria Eugênia. *Termos da Oração*. In: VIEIRA, S.; BRANDÃO, S. (Org.). *Ensino de Gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo; GROHMANN, Kleanthes K. *Understanding Minimalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. & LOPES, R. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular: 2004.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.